

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 13/03/2020 | Edição: 50 | Seção: 3 | Página: 67

Órgão: Ministério da Educação/Fundação Universidade Federal do Maranhão/Reitoria/Pró-Reitoria de Recursos Humanos

EDITAL Nº 3, DE 13 DE MARÇO DE 2020

A PRÓ-REITORA DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o Art. 2º, inciso XII, da Lei nº. 8.745 de 09 de dezembro de 1993, bem como da Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, do Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, Portaria Interministerial MP DG-MEC nº 1.034, de 30 de agosto de 2017, publicada no DOU de 31 de agosto de 2017, torna pública a abertura das inscrições para Processo Seletivo Simplificado destinado à contratação de Profissionais Técnicos Especializados em Linguagem de Sinais, de nível superior, objetivando atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas neste edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado é regido por este edital, promovido pela Pró-reitora de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, organizado e coordenado pela Comissão designada através da Portaria Nº 03/2020 - PROGEP, de 11 de março de 2020, e executado pela Diretoria de Eventos e Seletivos (DEC) da UFMA, visando à contratação por tempo determinado de profissionais, pessoas físicas, para prestação de serviços de Profissionais Técnicos Especializados em Linguagem de Sinais, nos moldes do Artigo 2º, inciso XII, da Lei nº 8.745/93, com o objetivo de atender alunos com surdez que se comunicam através da língua brasileira de sinais.

2. DOS REQUISITOS

2.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado nos termos do Art. 12, inciso I, alínea a, b, e c, inciso II, alíneas a e b e §1º da Constituição Federal;

2.2. Estar em dia com as obrigações eleitorais para os candidatos de ambos os sexos e quites com as obrigações militares para os candidatos do sexo masculino;

2.3. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

2.4. Estar em gozo dos direitos políticos;

2.5. Possuir Ensino Superior Completo em cursos com habilitação em LIBRAS ou em qualquer área do conhecimento com uma das habilitações a seguir:

a) Curso de Educação Profissional de Tradução e Intérprete de LIBRAS/Português reconhecido pelo sistema que os credenciou ou;

b) Curso de Extensão Universitária para Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa ou;

c) Curso de Formação Continuada para Tradutor e Interpretador de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, promovidos por Instituições de Ensino Superior e Instituições credenciadas por Secretaria de Educação ou;

d) Cursos de Formação promovidos por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por instituições de ensino superior ou instituições credenciadas por Secretarias de Educação ou;

e) Curso de Pós-graduação na área de LIBRAS ou;

f) Certificado de proficiência em tradução e interpretação de LIBRAS - Língua Portuguesa (PROLIBRAS), de acordo com o decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2015;

3. DAS VAGAS, CARGOS E REMUNERAÇÃO

3.1. O presente edital prevê contratação temporária e imediata de 02 (duas) vagas para Tradutor/Intérprete de LIBRAS, podendo ocupar os turnos de trabalho nos períodos manhã, tarde ou noite, inclusive dos sábados, de acordo com as necessidades da Instituição, sendo que essas vagas serão preenchidas segundo a ordem decrescente de pontuação no resultado final do certame.

3.2. A descrição sumária das atividades relativas ao cargo, de acordo a Lei 12.319 de 1 de setembro de 2010, consta do Anexo I deste Edital.

3.3. A remuneração será equiparada ao cargo de Nível Superior de Classificação "E" pertencente à Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação, conforme dispõe a Lei nº 11.091/2005.

3.4. O regime de trabalho dos profissionais contratados por meio deste edital será de 40 horas semanais, cujo vencimento básico mensal é de R\$ 4.180,66 (quatro mil e cento e oitenta reais e sessenta e seis centavos), podendo ainda ser acrescido de auxílio-alimentação no valor de R\$ 458,00 (quatrocentos e cinquenta e oito reais), auxílio-transporte e auxílio pré-escolar, caso aplicável.

4. DAS VAGAS DESTINADAS AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Em atenção ao Princípio da Razoabilidade, do total de vagas destinadas ao cargo, 5% serão providos na forma do parágrafo 2º do artigo 5º da Lei nº 8.112/90 e do Decreto nº 3.298/99, e suas alterações posteriores.

4.2. Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 4.1 deste edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

4.3. Somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos com deficiência nos cargos/áreas com número de vagas igual ou superior a cinco.

4.4. O candidato declarado com deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.

4.5. Considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadra nas categorias previstas no artigo 4º do Decreto nº 3.298/99, e suas alterações posteriores.

4.6. Em razão da necessidade de tradução da língua falada para LIBRAS, não poderão ser contratadas pessoas com deficiência relativa a problemas de audição (surdez).

4.7. Para concorrer às vagas reservadas as pessoas com deficiência o candidato deverá, no ato da inscrição, declarar a deficiência de que é portador.

4.8. O candidato que se declarar pessoa com deficiência deverá entregar a Diretoria de Eventos e Seletivos - DEC, laudo médico atestando a especificidade, grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao Código da Classificação Internacional de Doenças - CID, dentro do período de inscrição.

4.9. O candidato que se declarar pessoa com deficiência junto ao DEC, se classificado no processo seletivo, figurará em lista especial e também na listagem de classificação geral dos candidatos ao cargo de sua opção e, posteriormente, se convocado, deverá submeter-se à perícia médica promovida por Junta Médica designada pela Universidade Federal do Maranhão para essa finalidade, sendo seu resultado considerado como decisão terminativa sobre a sua qualificação como portador de deficiência ou não, bem como para aferição do grau de deficiência, tudo com a finalidade de comprovar se a deficiência da qual o candidato se diz portador realmente o habilita a concorrer às vagas reservadas para candidatos portadores de deficiência.

4.10. O candidato convocado deverá comparecer à perícia médica munido de laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, acompanhado do exame complementar específico, com expressa referência ao Código da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa da deficiência.

4.11. A não observância do disposto no subitem 4.8 ou a reprovação na perícia médica, prevista no subitem 4.9, acarretará a perda do direito à vaga reservada ao candidato portador de deficiência, sendo oportunizado o direito de defesa ao candidato, que poderá interpor recurso no prazo de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação do resultado da perícia médica.

4.12. As vagas reservadas aos portadores de deficiência que não forem providas por falta de candidatos portadores de deficiência, por reprovação no processo seletivo ou na perícia médica, serão revertidas para ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação para o cargo respectivo.

5. DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS NEGROS

5.1. Das vagas destinadas a cada cargo/área e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do seletivo, 20% serão providas na forma da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

5.2. Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 5.1 deste edital resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5, ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5, nos termos do § 2º do artigo 1º da Lei nº 12.990/2014.

5.3. Somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos que sejam declarados pretos ou pardos nos cargos/áreas com número de vagas igual ou superior a três.

5.4. Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá, no ato da inscrição, optar por concorrer às vagas reservadas aos negros, preenchendo a autodeclaração de que é preto ou pardo, conforme quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

5.5. A autodeclaração terá validade somente para este seletivo público.

5.6. As informações prestadas no momento da inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, devendo este responder por qualquer falsidade.

5.7. Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas a pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição, e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no seletivo.

5.8. Os candidatos negros convocados dentro do número de vagas oferecido à ampla concorrência não preencherão vagas reservadas que venham a surgir.

5.9. Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

5.10. Na hipótese de não haver candidatos negros aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação no seletivo.

5.11. Antes da homologação do resultado final do seletivo, a Diretoria de Eventos e Seletivos (DEC) designará uma comissão de heteroidentificação para a avaliação das autodeclarações, constituída por 5 (cinco) membros, distribuídos por gênero, cor e, preferencialmente, naturalidade, conforme Portaria Normativa nº 4, de 6 de abril de 2018, da Secretaria de Gestão de Pessoas/ MPDG.

5.12. O candidato que se autodeclarar preto ou pardo no ato da inscrição, se classificado no seletivo figurará em lista especial e também na listagem de classificação geral dos candidatos ao cargo de sua opção e, posteriormente, se convocado, deverá submeter-se a entrevista realizada pela comissão que trata o subitem 5.11, com a finalidade específica e exclusiva de se avaliar o fenótipo dos candidatos dentro dos critérios estabelecidos pelo IBGE (conforme o Art. 2º, § 1º, da Portaria Normativa nº 4, de 6 de abril de 2018, da Secretaria de Gestão de Pessoas/ MPDG), sendo seu resultado considerado como decisão terminativa sobre a sua qualificação como preto ou pardo e sua habilitação a concorrer às vagas reservadas à população negra.

5.13. O candidato não se enquadrará na condição de negro nos seguintes casos, conforme Portaria Normativa nº 4, de 6 de abril de 2018, da Secretaria de Gestão de Pessoas/ MPDG:

- a) Deixar de comparecer à entrevista, quando convocado;
- b) Recusar a realização da filmagem do procedimento de heteroidentificação;
- c) A comissão concluir que deixou de ser atendido o quesito de cor ou raça por parte do candidato.

5.14. O candidato que se enquadre no disposto do subitem 5.13 perderá o direito à vaga reservada ao candidato negro, sendo oportunizado o direito de defesa, para interposição de recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação do resultado da avaliação.

5.15. Os candidatos que não se enquadrarem nas condições de negro serão eliminados do seletivo público, ainda que tenham obtido nota suficiente para aprovação na ampla concorrência e independentemente de alegação de boa-fé.

5.16. O não enquadramento do candidato na condição de pessoa negra não se configura em ato discriminatório de qualquer natureza, representando, tão somente, que o candidato não atendeu aos quesitos de cor ou raça utilizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

5.17. A avaliação da comissão especial quanto ao enquadramento, ou não, do candidato na condição de pessoa negra, terá validade apenas para este seletivo.

6. DA INSCRIÇÃO

6.1. Será admitida a inscrição somente via Internet, no endereço eletrônico www.concursos.ufma.br, solicitada no período entre 10 horas do dia 16 de março de 2020 e 23 horas e 59 minutos do dia 31 de março de 2019, observado o horário local.

6.2. A taxa de inscrição neste processo é de R\$ 50,00 devendo o candidato efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio da Guia de Recolhimento que estará disponível no endereço eletrônico www.concursos.ufma.br, a qual poderá ser impressa pelo candidato até a data limite para pagamento.

6.3. A Guia de Recolhimento poderá ser paga no Banco do Brasil até o dia 06 de abril de 2020, obedecendo ao horário de funcionamento do referido estabelecimento.

6.4. As inscrições efetuadas somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.

6.5. Caso o candidato faça qualquer alteração de sua opção de inscrição, em seu Formulário de Inscrição On-line, antes da confirmação pelo DEC do pagamento do boleto bancário, isto é, antes da efetivação da inscrição, a UFMA considerará como inscrição válida a última alteração efetuada, desconsiderando a(s) anterior(es).

6.6. Caso deseje fazer qualquer troca em suas opções, após ter tido sua inscrição efetivada, o candidato deverá dirigir-se pessoalmente a DEC, a fim de solicitar o cancelamento da inscrição já feita, reiniciando todo o procedimento de inscrição e pagando uma nova taxa. A UFMA levará em conta, para fins de participação no processo seletivo, apenas a inscrição que for efetivada por último, desconsiderando automaticamente a(s) anterior(es).

6.7. Para os candidatos que não dispuserem de acesso à Internet, será disponibilizado posto de inscrição com computadores, do dia 16 de março de 2020 ao dia 31 de março de 2020 (exceto sábados, domingos e feriados), em horário comercial, localizado na Diretoria de Eventos e Seletivos, Cidade Universitária Dom Delgado, em São Luís - MA).

6.8. É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros ou para outros seletivos.

6.9. As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a DEC do direito de excluir aquele que não preencher o formulário de forma completa e correta.

6.10. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido por qualquer motivo, salvo no caso do cancelamento do certame, por conveniência da UFMA.

6.11. Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os candidatos amparados pelo Decreto n.º 6.593, de 2 de outubro de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 3 de outubro de 2008.

6.12. Estará isento do pagamento da taxa de inscrição o candidato que:

a) Estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto n.º 6.135, de 26 de junho de 2007; e

b) For membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto n.º 6.135, de 26 de junho de 2007.

6.13. O candidato que desejar concorrer à isenção de pagamento de taxa deverá, no ato da inscrição, digitar o número do NIS (Número de Inscrição Social) no campo apropriado do formulário de inscrição.

6.14. As informações prestadas durante a inscrição referentes à isenção de taxa serão de inteira responsabilidade do candidato, estando este sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do artigo 10 do Decreto n.º 83.936, de 6 de setembro de 1979.

6.15. A resposta sobre o deferimento ou não, será divulgado no endereço eletrônico www.concursos.ufma.br e no quadro de aviso na Diretoria de Eventos e Concursos até o dia 23 de março de 2020.

6.16. O candidato cujo pedido de isenção tiver sido indeferido, deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição até o dia 06 de abril de 2020.

6.17. No período previsto para a solicitação da inscrição até o prazo final para o pagamento, o candidato deverá apresentar a Diretoria de Eventos e Concursos, os seguintes documentos:

- a) Curriculum vitae atualizado;
- b) Cópias das titulações;
- c) Diploma de graduação, nos termos do subitem 2.5;
- d) Cópias das comprovações das experiências profissionais;
- e) Cópia dos certificados de cursos extras curriculares

6.18. Os documentos comprobatórios de títulos serão entregues em cópias autenticadas, ou em cópias simples, desde que, neste último caso, acompanhados dos originais para conferência no momento da entrega.

6.19. Os certificados ou diplomas de conclusão de curso deverão ser expedidos por instituição oficial e reconhecida pelo MEC. Não será aceita certidão/declaração de conclusão de curso, em hipótese alguma.

6.20. Os diplomas e certificados conferidos por instituições estrangeiras somente serão válidos quando traduzidos por tradutor público juramentado, convalidado para o território nacional e atenderem ao disposto na Resolução CNE/CES n.º 01, de 28/01/2002, Conselho Nacional de Educação, estando devidamente revalidados.

7. DO PROCESSO SELETIVO

7.1. O Processo Seletivo Simplificado será constituído de duas etapas de avaliação, sendo:

- a) Prova Prática, de caráter eliminatório e classificatório e;
- b) Prova de Títulos, de caráter classificatório.

7.2. O local e horário das provas estarão disponíveis no endereço eletrônico www.concursos.ufma.br a partir do dia 15 de abril de 2020.

7.3. A Prova Prática em Libras, de caráter eliminatório e classificatório, consistirá em uma avaliação prática perante a Banca Examinadora, com a finalidade de verificar os conhecimentos e a capacidade de tradução e interpretação de Libras/ Língua Portuguesa.

7.4. A realização da prova prática ocorrerá na UFMA, Campus Dom Delgado, situado na Av. dos Portugueses, 1966 - Vila Bacanga, São Luís - MA, CEP: 65065-545.

7.5. O candidato deverá comparecer ao local da Prova Prática, de preferência com 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para a realização da atividade.

7.6. O candidato que chegar após o horário previsto para a realização da atividade não terá acesso à sala de provas e será eliminado do processo seletivo.

7.7. Para ter acesso à sala de provas, o candidato deverá apresentar documento original de identificação com foto.

7.8. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento expedido há, no máximo, 10 (dez) dias, que ateste o registro da ocorrência em órgão policial.

7.9. A Prova Prática, de caráter classificatório e eliminatório, será avaliada por banca examinadora, na escala de 0 (zero) a 100 (cem) segundo os critérios e as pontuações descritos no Quadro abaixo:

ITEM	CRITÉRIOS A AVALIAR	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	Fluência na LIBRAS: vocabulário, classificadores, uso do espaço, expressão facial e corporal, sintaxe da LIBRAS.	20
2	Estruturação discursiva: tradução de vídeo em LIBRAS para Língua Portuguesa na modalidade oral, levando-se em conta a equivalência discursiva entre a LIBRAS e a Língua Portuguesa, além da adequação de vocabulário, do conteúdo e da gramática.	40
3	Estruturação discursiva: tradução de vídeo em Língua Portuguesa, na modalidade oral, para LIBRAS, levando-se em conta a equivalência discursiva entre a Língua Portuguesa e a LIBRAS, além da adequação de conteúdo, de vocabulário e da gramática.	40
Pontuação total	100	

7.10. Cada avaliador atribuirá, para cada critério, uma pontuação expressa em número inteiro.

7.11. A Prova Prática contará com a duração de até 40 (quarenta) minutos para cada participante e será composta de três partes:

7.11.1. Na primeira, o candidato deverá realizar uma apresentação pessoal, em LIBRAS, na qual poderá fazer sua identificação, falar sobre sua formação, a respeito da atuação junto à comunidade surda e sobre suas possibilidades de atuação profissional na UFMA, o qual terá o tempo máximo de 10 (dez) minutos;

7.11.2. Na segunda parte, o candidato, inicialmente, assistirá a um vídeo, gravado em LIBRAS, que será sorteado pela banca no dia do exame. Em seguida, ele fará a tradução simultânea deste vídeo para a Língua Portuguesa, na modalidade oral, o qual terá o tempo máximo para tradução simultânea de 15 (quinze) minutos;

7.11.3. Na terceira parte, o candidato, inicialmente, assistirá a um vídeo, gravado em Língua Portuguesa, modalidade oral, que será sorteado pela banca examinadora no dia do exame. Em seguida, ele fará a interpretação simultânea deste vídeo para a LIBRAS. Tempo máximo: 15 (quinze) minutos.

7.12. Quando solicitado, o candidato deverá utilizar somente material disponibilizado pela banca examinadora para desenvolver a atividade.

7.13. A Prova Prática em Libras será gravada em vídeo para fins de registro e avaliação, sendo a utilização, o teor e a propriedade exclusiva da UFMA.

7.14. Nota da Prova Prática será o resultado obtido pela média aritmética simples das três notas atribuídas pelos membros da banca examinadora, com valor expresso com quatro casas decimais.

7.15. Serão eliminados do processo seletivo os candidatos que não obtiverem pelo menos 70% de aproveitamento na Prova Prática, ou seja, mínimo de 70 pontos.

7.16. Nos dias de realização das provas, não será permitido ao candidato entrar e/ou permanecer no local do exame com aparelhos eletrônicos (bip, telefone, receptor, gravador, etc.). O descumprimento da presente instrução implicará na eliminação do candidato, caracterizando-se tentativa de fraude.

7.17. Caso falte energia e/ou ocorra quaisquer problemas com os equipamentos, o candidato deve igualmente realizar sua apresentação.

7.18. A Prova de Títulos será procedida na forma do Quadro II, abaixo especificada:

Item	Pontuação	Pontuação Máxima	
1. Títulos Acadêmicos	Doutorado	12	12
	Mestrado	10	10
	Especialização	08	08

	Graduação Letras - LIBRAS	05	05
2. Experiência Profissional	Participação como Tradutor e Intérprete de LIBRAS em seminários e/ou Congressos.	01 ponto por participação	30
	Experiência como Tradutor e Intérprete de Libras em instituições de ensino	0,5 pontos por mês	
3. Formação	Curso de Educação Profissional de Tradução de Libras/Português/Libras Reconhecidos pelo sistema que os credenciou	05	35
	Curso de Extensão Universitária para Tradutor e Interpretete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa (min. 120 horas)	03	
	Curso de formação Continuada para Tradutor e Interpretete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa promovidos por instituições de ensino superior e Instituições credenciadas por Secretarias de Educação (min. 120 horas)	05	
	Cursos de formação promovidos por organizações da sociedade civil representativa da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por instituições de ensino superior Cursos de formação promovidos por organizações da sociedade civil representativa da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por instituições de ensino superior	05	
	Curso de Libras com carga horária mínima de 120 horas	01 ponto para cada 120 horas	
	Certificado de proficiência em tradução e interpretação de LIBRAS (PROLIBRAS)	10	
	Curso na Área de Surdez	01 ponto para cada 120 horas	

7.19. A prova de títulos será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem).

7.20. Apenas os candidatos que obtiverem o mínimo de 70 (setenta) pontos na Prova de Desempenho farão jus à Análise de Títulos.

7.21. Será eliminado o candidato que não comprovar a titulação mínima exigida.

7.22. Para receber a pontuação relativa ao exercício de atividade profissional, o candidato deverá atender a uma das seguintes opções:

7.22.1. Para exercício de atividade em empresa/instituição privada: será necessária a entrega de dois documentos: 1 - cópia da carteira de trabalho e previdência Social (CTPS) contendo as páginas: identificação do trabalhador; registro do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso) e qualquer outra página que ajude na avaliação, por exemplo, quando há mudança na razão social da empresa; e 2 - declaração do empregador com o período (com início e fim, se for o caso), atestando a escolaridade do cargo/emprego/função, a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades desenvolvidas para o cargo/emprego;

7.22.2. Para exercício de atividade/instituição pública: será necessária a entrega de declaração/certidão de tempo de serviço, emitida pelo setor de recursos humanos da instituição, que informe o período (com início e fim, até a data da expedição da declaração), atestando a escolaridade do cargo/emprego/função, a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades desenvolvidas;

7.22.3. Para exercício de atividade/serviço prestado por meio de contrato de trabalho: será necessária a entrega de dois documentos: 1 - contrato de prestação de serviço/atividade entre as partes, ou seja, o candidato e o contratante; e 2 - declaração do contratante que informe o período (com início e fim, se for o caso), atestando a escolaridade do cargo/emprego/função, a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades;

7.22.4. Para exercício de atividade/serviço prestado como autônomo: será necessária a entrega de dois documentos: 1- recibo de pagamento autônomo (RPA), sendo pelo menos o primeiro e o último recibos do período trabalhado como autônomo; e 2 - declaração do contratante/beneficiário que informe o período (com início e fim, se for o caso), atestando a escolaridade do cargo/emprego/função, a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades;

7.23. A declaração/certidão mencionada subitem 7.25.3 deste edital deverá ser emitida por órgão de pessoal ou de recursos humanos. Não havendo órgão de pessoal ou de recursos humanos, a autoridade responsável pela emissão do documento deverá declarar/certificar também essa inexistência.

7.24. Para efeito de pontuação de experiência profissional, somente será considerada a experiência após a conclusão do curso superior.

7.25. Não serão considerados o tempo de estágio curricular, de monitoria e de bolsa de estudo.

7.26. Todo documento expedido em língua estrangeira somente será considerado se traduzido para a língua portuguesa por tradutor juramentado nos termos do subitem 6.19.

7.27. Cada título será considerado uma única vez.

7.28. Os pontos que excederem o valor máximo em cada alínea do Quadro II de Atribuição de Pontos para a Avaliação de Títulos deste edital serão desconsiderados.

7.29. O resultado preliminar da Prova Prática e Análise de Títulos serão divulgados no sítio da DEC, podendo ser acessado através do site <http://www.concursos.ufma.br> a partir de 27 de abril de 2020.

7.30. O candidato que desejar interpor recurso contra os resultados da Prova Prática e Análise de Títulos disporá de até 2 (dois) dias úteis, a contar do dia subsequente ao da divulgação dos resultados preliminares.

7.31. Os recursos interpostos serão analisados e terão suas decisões divulgadas a partir do dia 04 de maio de 2020.

8. DOS RESULTADOS

8.1. A nota final do processo seletivo será obtida por meio do seguinte cálculo:

$$NF = (0,6 \times NPP) + (0,4 \times NPT)$$

Onde "NF" é a Nota Final; "NPP" é a Nota da Prova Prática; e "NPT" é a Nota da Prova de Títulos.

8.2. O preenchimento das vagas dar-se-á através de processo classificatório, obedecendo à ordem decrescente da nota final dos candidatos que se submeterem a todas as provas e forem considerados habilitados nas provas eliminatórias

8.3. Os resultados parcial e final do processo seletivo serão divulgados no sítio eletrônico da UFMA, através do NEC, podendo ser acessado através do link <http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/concursos.jsf>, conforme o cronograma no Anexo I.

8.4. Em caso de igualdade de pontos na nota final, terá preferência, para efeito de classificação, sucessivamente, o candidato que:

I - Tiver idade igual ou superior a 60 anos (artigo 27, parágrafo único da Lei nº. 10.741/03);

II. tiver maior pontuação na Prova Prática;

III. possuir maior titulação acadêmica;

IV. tiver maior idade;

8.5. O candidato poderá interpor recurso contra a resultado de que trata o subitem 8.3, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação.

9. DOS RECURSOS

9.1. Os recursos previstos neste Edital deverão ser dirigidos à Comissão de Seletivo, protocolados junto à Divisão de Expediente, Protocolo e Arquivo (DEPA) ou encaminhados via correio eletrônico para depa@ufma.br, que os entregará na Diretoria de Eventos e Concursos da UFMA, sediada na Cidade Universitária do Bacanga, em São Luís/MA, no horário das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h.

9.2. Os recursos deverão estar devidamente fundamentados, indicando, com precisão, os pontos a serem revisados e o nome do candidato, o número de inscrição, o cargo a que concorre e o endereço para correspondência.

9.3. Os recursos poderão ser interpostos por via postal, sendo que a data de postagem não deve ser posterior ao último dia dos respectivos prazos para interposição de recursos previstos neste Edital.

9.4. Não serão aceitos recursos interpostos fora dos prazos estipulados neste Edital, bem como recurso via postal e/ou via correio eletrônico e que não estiverem de acordo com o estabelecido nos subitens 9.1 e 9.2.

10. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DA CONTRATAÇÃO

10.1. O Processo Seletivo terá validade de 01 (um) ano, a contar da data em que for publicada a homologação do resultado final no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogada por igual período.

10.2. De acordo com a Portaria Interministerial MPDG/MEC nº 173 de 20 de junho de 2017, Art. 4º: "O prazo de duração dos contratos deverá ser de um ano, com possibilidade de prorrogação até o limite máximo de dois anos".

11. DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO

11.1. O candidato será convocado para contratação através do Diário Oficial da União, que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato. Prazo este razoável e equiparado à luz do § 1º art. 13 da Lei Federal nº 8.112/90.

11.2. Para contratação, o candidato aprovado deverá comparecer ao SESMT/UFMA para avaliação portando os exames seguintes:

a) Exames laboratoriais: hemograma completo, grupo sanguíneo e fator RH, glicemia em jejum, lipidograma, VDRL, ácido úrico, creatinina, AST, ALT, EAS/Urina tipo I;

b) Laudo psiquiátrico de sanidade mental;

c) Colpocitologia oncótica (para candidatos do sexo feminino).

d) Eletrocardiograma (para candidatos acima de 40 anos, de ambos os sexos);

e) Avaliação oftalmológica (para candidatos acima de 45 anos, de ambos os sexos);

f) Mamografia (para candidatos do sexo feminino e acima de 50 anos);

g) PSA (para candidatos do sexo masculino e acima de 50 anos);

11.3. O candidato convocado que não observar o prazo estipulado no subitem 11.1 será considerado desistente do processo seletivo, o qual dar-se-á seguimento na listagem pela ordem classificatória.

11.4. Após a contratação, o candidato que não assumir suas atividades em até 15 (quinze) dias, será utilizada a mesma regra do subitem 11.3.

11.5. Havendo desistência de algum candidato convocado para contratação, poderá ser substituído pelo próximo candidato mais bem colocado.

11.6. No interesse da Administração Federal o candidato habilitado poderá ser contratado para lotação em outro campus da UFMA, utilizando-se como critério de convocação a nota obtida, considerando-se a mais elevada, com listagens contendo candidatos da ampla concorrência e cotistas.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O candidato poderá obter informações referentes ao Seletivo Público, bem como o Edital na íntegra, nos seguintes locais:

a) Diretoria de Eventos e Concursos(DEC) - Cidade Universitária Dom Delgado, São Luís/MA;

b) Página da UFMA na Internet, no endereço eletrônico: <http://www.ufma.br>.

12.2. A inscrição do candidato implicará a aceitação expressa das normas para o seletivo contidas neste edital e nos demais documentos a serem oportunamente divulgados.

12.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a esse seletivo público no Diário Oficial da União.

12.4. A aprovação no processo seletivo assegurará apenas a expectativa de direito à contratação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, ao exclusivo interesse, oportunidade e conveniência da UFMA, à observância rigorosa da ordem de classificação e ao prazo de validade do processo seletivo.

12.5. O candidato deverá manter atualizado seu endereço junto à Comissão de Seletivo enquanto estiver participando do certame. São de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não-atualização de seu endereço.

12.6. Os dispositivos legais e normativos que entrarem em vigor após a data de publicação deste Edital, não serão objeto de apreciação da Diretoria de Eventos e Seletivos (DEC), para os fins que se fizerem necessários.

12.7. Os casos omissos e as situações supervenientes não previstas neste Edital serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo, designada através da Portaria Nº 03/2020 - PROGEP, de 11 de março de 2020.

ANEXO I

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências:

I - Efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos cegos, surdos cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II - Interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático pedagógicas tanto interna quanto externamente à sala de aula, atividades culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio, técnico e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;

III - Atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos seletivos públicos;

IV - Atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas;

V - Prestar seus serviços em depoimentos sempre que houver necessidade legal.

ANEXO II

CRONOGRAMA

ETAPA	Período
Publicação no D.O.U e no site	13/03/2020
Inscrições e entrega de laudo	16/03/2020 a 31/03/2020
Solicitação de isenção	16/03/2020 a 20/03/2020
Resultado preliminar de isenção	23/03/2020
Recurso do resultado preliminar de isenção	24/03/2020 a 25/03/2020
Resultado final de isenção de inscrição após recurso	26/03/2020
Data limite para entrega da documentação e laudo médico para deficiente	Até 06/04/2020
Pagamento da taxa de inscrição	Até 06/04/2020
Resultado preliminar das inscrições	08/04/2020
Período de recurso para inscrições indeferidas	09/04/2020 a 13/04/2020
Resultado das inscrições homologadas	14/04/2020
Divulgação da sala e horário para a realização da prova prática	15/04/2020
Realização da prova prática	22/04/2020 a 24/04/2020
Resultado preliminar da prova prática e da análise de títulos	27/04/2020
Período de recurso contra o resultado preliminar da prova prática e da análise de títulos	28/04/2020 a 29/04/2020
Divulgação do resultado após recurso	04/05/2020
Convocação para o procedimento de heteroidentificação e perícia	04/05/2020
Procedimento de heteroidentificação e perícia	07/05/2020
Resultado do procedimento de heteroidentificação e perícia	08/05/2020

Recurso contra o resultado da heteroidentificação e perícia	11/105/2020 a12/05/2020
Homologação do resultado final do processo seletivo	13/05/2020

MARÍLIA CRISTINE VALENTE VIANA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.
